

Mutual

2022

Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2022

MUTUAL INTERMEDIÇÃO DE NEGÓCIOS PAGAMENTOS E COBRANÇA SA

CNPJ 24.285.984/0001-62

NIRE 33.3.0033495-5

Relatório da Administração	3
Balancos Patrimoniais	10
Demonstrações do resultado do exercício	12
Demonstração do resultado abrangente	13
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	14
Demonstrações do fluxo de caixa	16
Notas Explicativas às demonstrações financeiras	18

Relatório da Administração

Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras da Mutual Intermediação de Negócios Pagamentos e Cobrança S.A. (“Mutual” ou “Companhia”) relativas ao exercício findo em 31 dezembro de 2022, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância das normas e instruções emanadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar como Correspondentes Bancários.

A Mutual é hoje uma empresa com investimentos nos segmentos de cobrança e energia, e conduz ainda atividades típicas de uma fintech, com o objetivo que seus clientes usufruam de melhores resultados financeiros que as oportunidades atualmente disponíveis no mercado.

Em 2022 e início de 2023 a economia brasileira foi afetada pelo alto nível de juros, o maior em vários anos, e por um cenário mundial também de instabilidade política, com volatilidade dos indicadores econômicos. Este cenário foi agravado pelos impactos econômicos e sociais de um ano eleitoral muito conturbado.

Para nossas atividades, as altas taxas de juros praticadas durante todo o período, produziram efeitos negativos substanciais na atividade de crédito em geral, com reflexo direto na maior parte dos segmentos de atuação da Mutual.

No exercício e em período subsequente, a Companhia foi capaz de seguir o desenvolvimento de suas atividades através de liquidez obtida com transações envolvendo seu estoque de ativos, mas depende ainda deste tipo de atividade para que seu plano de negócios não seja afetado.

Principais destaques

Os principais fatos que impactaram a performance da Mutual no exercício de 2022 foram:

1. Obtenção de funding para suportar as atividades da Mutual:

Com o objetivo de satisfazer as necessidades de caixa orçadas para as atividades conduzidas pela Mutual em suas diferentes frentes de atuação, a Companhia seguiu as diretrizes de seu planejamento realizado em 2021.

Primeiramente, a alienação de parte das ações detidas pela Mutual na subsidiária CombateaFraude (CAF), que foi originalmente negociada em Julho de 2021, foi efetivamente concretizada em Março de 2022, com o devido Termo de Encerramento sendo formalizado, e o saldo remanescente totalmente liquidado, não havendo nenhuma parcela pendente deste acordo.

Em Maio de 2022, a Mutual e os investidores que realizaram a primeira transação de compra e venda das participações da CombateaFraude em 2021 concluíram as

tratativas de uma transação de mútuo, eventualmente conversível no futuro, na totalidade da participação societária remanescente da CombateaFraude. Com este empréstimo, a Mutual visou assegurar a continuidade do desenvolvimento das atividades de suas subsidiárias nos próximos semestres. O montante total desta transação foi de R\$ 40 milhões, com a liberação dos recursos dividida originalmente em 3 parcelas, com a primeira liberação prevista para ocorrer no primeiro semestre de 2022. A 31 de Dezembro de 2023, a Mutual internalizou um valor total de R\$ 31.733 mil, restando um saldo pendente de R\$ 8.267 Mil a ser liberado após o final do exercício de 2022.

Estes recursos são neste momento praticamente a totalidade do capital de giro para a Mutual, visto a empresa seguir apresentando neste exercício receitas ainda em patamares baixos em suas quatro linhas de atuação: Scora, Mutual Solar (atual Desperta Energia), Monest Cobranças e as atividades operacionais remanescentes da própria Mutual. Consequentemente, o não recebimento da totalidade dos recursos mencionados nos parágrafos anteriores deverá ter impacto negativo sobre a capacidade da empresa de seguir o desenvolvimento de seu plano de negócios, e mesmo de sua continuidade operacional. Até a data de publicação destas demonstrações financeiras a Companhia ainda não havia recebido a totalidade dos recursos acordada na transação mencionada acima, expondo a empresa à possibilidade real dos efeitos negativos aqui mencionados. Em virtude deste cenário, existe a possibilidade da Companhia ter que executar ações para obtenção de capital de giro de outras fontes, tais como aumentos de capital e/ou empréstimos conversíveis, mesmo já no curto prazo.

2. Scora: sem market fit

No primeiro semestre de de 2022, a plataforma da Scora foi testada no mercado, oferecendo opções de crédito com garantia (imóvel e veículo). Ao fechamento do exercício de 2022, a plataforma ainda apresentava grande dificuldade para escalar rentavelmente suas operações, apesar de alguns indicadores operacionais terem sido atingidos tais como concessão de crédito através de parceiros durante todo o período de R\$ 5,3 milhões, mais de 10 mil clientes impactados (manifestação de interesse inicial) e 21 parcerias fechadas com diferentes players do mercado para provimento de crédito, mas com custo total alto.

Mesmo com o investimento feito na Scora para ampliação da base de produtos e na conexão aos parceiros de forma a proporcionar aos clientes uma experiência única na comparação das ofertas e contratação da melhor opção disponível no mercado, ao final do exercício, os desafios de escalar o negócio de forma rentável permaneceram com o alto custo de aquisição de clientes para originação de crédito, em especial pela competição oferecida pelos grandes players como as promotoras de crédito, bancos digitais e fintechs, que investem massivamente no tráfego pago para originação.

Em função do insucesso nas tentativas de escalar as operações com custos razoáveis, a

Mutual, em vista do baixo desempenho desta linha de negócio e à luz dos desafios das outras atividades do grupo, tomou a decisão de descontinuar este projeto em Novembro/2023.

3. Monest: Cobrança em modelo SaaS com base em IA

A Monest Cobranças por seu lado apresentou um crescimento forte na sua base de clientes durante o exercício de 2022. Em abril de 2022, o produto PME foi lançado no modelo SaaS (Software as a Service) tendo alcançado em Dez/22 a marca de mais de 200 assinaturas com planos mensais pagantes.

Iniciou também o desenvolvimento, em novembro de 2022, de solução automatizada e humanizada do mercado para cobrança baseado na então recém-lançada versão de IA do ChatGPT 3.5. Seus primeiros testes foram realizados no segundo trimestre de 2023, com sucesso relativo, tendo sua versão operacional disponibilizada no trimestre subsequente.

Com estes avanços, o faturamento da Monest alcançou R\$ 391 mil no quarto trimestre de 2022, tendo um crescimento de mais de 354% frente ao primeiro trimestre do ano de R\$ 86 mil. Em 2023, a empresa seguiu ganhando projeção e velocidade, com perspectivas positivas para a continuidade do crescimento de suas operações.

Mesmo com crescimento das operações, o aumento do escopo das atividades - para incorporar as funcionalidades de IA em especial, em uma ferramenta denominada MIA ("Monest IA") - os investimentos seguem sendo necessários e a Mutual tem sido a principal fonte de financiamento enquanto se aguarda melhores condições para lançar uma rodada de investimentos para investidores externos.

Com isto, em junho/22 a Monest consumiu a totalidade da linha de crédito de R\$ 1 milhão que havia sido acordada e disponibilizada pela Mutual a partir de novembro de 2021. Desta forma, para financiar as crescentes atividades da Monest, a Mutual disponibilizou uma segunda linha de crédito de R\$ 1 milhão em novembro/2022, tendo sido esta segunda linha crédito também totalmente consumida até meados de 2023.

Tendo em vista os bons resultados de crescimento alcançados, e a expectativa do fechamento de contratos com instituições de maior porte para utilização da ferramenta de IA, uma terceira linha de crédito foi disponibilizada em Junho/23 no valor de R\$ 2 milhões.

Todas linhas de crédito disponibilizadas para a Monest foram formalizadas como mútuo conversível, tendo a Mutual direito a converter os valores atualizados dos aportes em participações societárias da Monest, podendo, a participação da Mutual na Monest, chegar a 58,31% em bases não diluídas, ressalvado aqui a provável necessidade de emissão de opção de ações para a alta gerência da Companhia.

As perspectivas para a Monest são de crescimento acentuado das atividades a partir do final de 2023, em função da probabilidade da confirmação de clientes de grande porte após o período de “prova de conceito” da ferramenta de IA, podendo entretanto continuar a demandar capital de giro no curto prazo pelos custos de onboarding inicial destes grandes clientes, mas com perspectivas positivas de margens positivas no médio prazo.

4. Mutual Solar: descontinuidade das operações de crédito e aquisição Desperta Energia

Dois foram os pontos que devem ser destacados sobre as operações da Mutual Solar no período. O primeiro, extremamente negativo, foi o insucesso em escalar as operações de crédito para painéis solares no início de 2023. Em sua maior parte, pela frustração das negociações com banco de investimento para constituição de veículo de crédito, cuja expectativa de realização, infelizmente, estendeu-se por todo o período de 2022. Mas também em função das condições do próprio mercado de crédito para painéis solares, que verificou queda acentuada de spread, aumento da inadimplência e entrada de novos players no segmento. Ambos em função do alto nível dos juros, com resultante impossibilidade de ganho de escala das operações.

A despeito do significativo investimento realizado pela Mutual Solar no desenvolvimento da esteira de crédito para este segmento de crédito, da estruturação de equipe voltada para esta atividade - que, por suas particularidades, demandou um relativo grande número de pessoas para lidar com todos os atores envolvidos no processo, como consumidores finais, integradores de projetos, distribuidores de equipamentos - e dos investimentos feitos na aquisição de CCBs de algumas operações ou na cota subordinada de debênture estruturada para este fim, a Mutual Fintech optou pela descontinuidade desta operação no início do ano de 2023.

Os aportes financeiros realizados nas quotas de debêntures no montante total de R\$ 2,5 milhões serão liquidados com a extinção das debêntures, e posterior transferência dos ativos para a Mutual, o que deverá ocorrer em período posterior ao exercício destas demonstrações financeiras. Desta forma, permanecem sendo cobrados regularmente os investimentos feitos em operações de crédito e de propriedade da Mutual Fintech, que totalizam R\$ 4,5 milhões em valor de face a receber com pagamentos mensais durante um período médio de 5 anos.

O segundo fato, ocorrido em Setembro de 2022, foi a aquisição, através de troca de ações, dos ativos da empresa Desperta Energia Ltda., focada na comercialização de energia para clientes conectados em baixa tensão. Após a fusão das atividades, maximizando as sinergias das equipes e da rede de integradores já desenvolvida, desenhou-se plano de negócios que incluiu o desenvolvimento de ferramentas inovadoras para o consumo de energia gerada através da chamada geração compartilhada de energia, tais como o cashback, pagamento em conta única, débito

automático da conta e dashboard para controle da força de vendas de parceiros interessados na venda de energia.

Decidiu-se também que a Mutual Solar passaria a ser denominada Desperta Energia, uma vez que as atividades de comercialização passaram a constituir a atividade principal da empresa, e seria majoritariamente utilizado para o desenvolvimento destas novas ferramentas de vendas, além da diminuição da estrutura da empresa pela interrupção das atividades de crédito para painéis solares, o que ainda demandou caixa da Mutual com rescisões trabalhistas e contratuais operacionais durante o período.

A expectativa é que a Desperta Energia ainda demande recursos até o final de 2024, quando atingiria break-even, com receitas advindas de fee para comercialização de energia, fee de prestação de serviços para associações de consumidores de energia (serviços de administração das Associações e por indicação de clientes), e mesmo a compra e venda de usinas fotovoltaicas. Esta última atividade, em caso de sucesso, seria a com maior probabilidade de encurtar o período até o break-even. A Mutual monitora continuamente a performance e evolução da Desperta Energia, com vistas à decisão pela manutenção ou descontinuidade das operações desta Companhia, não sendo certa até o momento a sua viabilidade e continuidade.

5. Mutual Fintech:

As atividades da Mutual Fintech em 2022 concentraram-se nas atividades de suporte para as atividades desenvolvidas nos exercício anteriores para clientes ou para investimentos próprios, tais como controle de valores a receber, bilhetagem, atividades de cobrança ordinária e supervisão de cobrança administrativa e judicial, inexistindo no período novas operações com impacto significativo nos resultados da Companhia. A Mutual estuda o retorno de suas atividades como curadoria e indicação de investimentos alternativos de originadores terceiros, como forma de construção de valor a partir de sua base de investidores no, neste momento paralisado, marketplace de crédito P2P.

6. Performance financeira:

Em função do cenário econômico e em especial dos desenvolvimentos específicos de seus ativos investidos que requereram investimentos contínuos e ainda não apresentam faturamento relevante, a Mutual segue tendo o desafio para comprovar o marketfit de seus ativos no mercado, particularmente Desperta Energia e a retomada das atividades de oferecimento de possibilidades de investimento em operações de crédito ou de outras categorias de ativos alternativos.

Correto afirmar que Mutual performou aquém das expectativas do seu planejamento, tendo seus principais projetos, à exceção da Monest, não atingido metas operacionais estabelecidas. Entendemos, porém, que todas as atividades seguem tendo potencial de

resultados, e que os desafios também possuem, ao mesmo tempo, oportunidades a serem aproveitadas, apesar dos altos riscos.

Durante o exercício de 2022, motivada por manifestação formal da possibilidade de venda de suas ações por seus acionistas, a Mutual efetuou oferta pública para recompra de ações extensiva a todos os acionistas no mesmo termo de proposta recebida. A recompra de ações totalizou o valor total de R\$ 13.588.400,64 representativas de 49,62% do capital total da companhia (sendo 44,05% em ordinárias e 5,57% em preferenciais).

Posteriormente ao encerramento do exercício de 2022, a Companhia efetuou pagamento de dividendos no valor de R\$ 4.177.624,04, relacionado aos resultados acumulados até a data de 31/12/2021. A Companhia não espera obter resultados positivos no curto prazo e portanto ressalta não existir expectativa para o pagamento de dividendos nos próximos exercícios. Ao contrário, o cenário é de necessidade de capital adicional em algum momento do exercício de 2024, a depender da performance operacional a ser verificada em suas linhas de negócio e da capacidade da Companhia de obter liquidez com seu estoque de ativos.

No período posterior ao encerramento do exercício objeto destas demonstrações financeiras, foi também aprovado o provimento de recursos em valor adicional de até R\$ 2 milhões na subsidiária Monest, em formato de empréstimo conversível em ações do capital da Monest, com os recursos podendo ser fornecidos a partir de Junho de 2023.

Destinação de resultados e distribuição de dividendos

De acordo com o Estatuto Social, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido remanescente do exercício, após constituições das reservas previstas na lei.

Desta forma, tendo a Companhia apresentado um prejuízo líquido do exercício de 2022 de R\$ 8.429.758,29, como consequência, não haverá distribuição de dividendos aos acionistas com relação a esse exercício.

Disclaimer

As declarações contidas neste relatório relativas às perspectivas dos negócios da Companhia, projeções e ao seu potencial de crescimento constituem-se em meras previsões e foram baseadas nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia. Essas expectativas são altamente dependentes de mudanças no mercado e no desempenho

econômico geral do país, do setor e do mercado como um todo, logo, estando sujeitas a mudanças.

Agradecimentos

Agradecemos aos clientes, parceiros e investidores pela confiança e contribuições ao nosso crescimento e aos colaboradores pelo contínuo empenho.

Diretoria Executiva

Marciliano José Naves de Freitas Azevedo
Diretor Executivo

Paulo Cesar Alves Barreiros
Diretor Executivo

Conselho de Administração

Darryl Clayton Green
Diego Rondon Borin
Marciliano José Naves de Freitas Azevedo

Balanços Patrimoniais

MUTUAL INTERMEDIÇÃO DE NEGÓCIOS, PAGAMENTOS E COBRANÇA S.A.

Balanços Patrimoniais Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	12/31/2022	12/31/2021	12/31/2020
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	14.882	4.369	1.664
Adiantamentos		4	2	3
Créditos com partes relacionadas	6	3	12	-
Ativo disponível para venda	7	16.561	37.110	-
Outros ativos		-	-	-
		31.450	41.493	1.667
Realizável a longo prazo				
Títulos e valores mobiliários	5	2.000	-	-
Créditos com partes relacionadas	6	13.624	2.779	1.041
Depósitos judiciais		-	8	4
		15.624	2.787	1.045
Permanente	8			
Imobilizado		136	162	172
Intangível		1.806	700	473
		1.942	862	645
		17.566	3.649	1.690
Total do Ativo		49.016	45.142	3.357

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Passivo e Patrimônio Líquido

	Nota	12/31/2022	12/31/2021	12/31/2020
Circulante				
Empréstimos e financiamentos	9	34.295	100	661
Obrigações trabalhistas	10	67	85	101
Impostos a recolher	11	983	168	18

Adiantamento para venda de investimentos		-	12.000	-
Dividendos a Pagar	12	4.179	4.179	-
		<u>39.524</u>	<u>16.532</u>	<u>780</u>
Não Circulante				
Empréstimos e financiamentos	9	-	121	261
Impostos a recolher	11	3.202	-	
		<u>3.202</u>	<u>121</u>	<u>261</u>
Patrimônio Líquido				
	13			
Capital Social		15.071	15.071	6.544
Reservas de capital		(2.112)	-	
Reservas de lucro (Prejuízos acumulados)		(6.668)	13.418	(12.146)
		<u>6.291</u>	<u>28.489</u>	<u>(5.602)</u>
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		<u>49.016</u>	<u>45.142</u>	<u>(4.561)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado do exercício

MUTUAL INTERMEDIÇÃO DE NEGÓCIOS, PAGAMENTOS E COBRANÇA S.A.

Demonstrações do resultado do exercício
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	Nota	2022	2021
Receita líquida de Venda	14	(779)	317
Custo dos Serviços Vendidos	15	(361)	(1.811)
Resultado Bruto		(1.140)	(1.494)
Despesas Operacionais			
Despesas Comerciais	15	(114)	(453)
Despesas com Pessoal	15	(745)	(632)
Gerais e Administrativas	15	(3.899)	(2.681)
Despesas Patrimoniais	15	(583)	(283)
Perdas	15	(283)	(4)
Ajuste a Valor Justo		-	36.027
Outras receitas		888	-
Resultado antes do efeito financeiro		(5.876)	30.480
Resultado Financeiro Líquido			
Receitas Financeiras	16	666	68
Despesas Financeiras	16	(706)	(764)
		(40)	(696)
Resultado antes do IR e CS		(5.916)	29.784
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes		(2.514)	(41)
Resultado do exercício		(8.430)	29.743

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado abrangente

MUTUAL INTERMEDIÇÃO DE NEGÓCIOS, PAGAMENTOS E COBRANÇA S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	2022	2021
Resultado do Exercício		(8.430)	29.743
Outros Resultado Abrangentes		-	-
Resultado Líquido do Exercício		(8.430)	29.743
Total de ações	13	3.957.994	3.957.994
Resultado por ação (em Reais)		-R\$ 2,13	R\$ 7,51

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

MUTUAL INTERMEDIÇÃO DE NEGÓCIOS, PAGAMENTOS E COBRANÇA S.A.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Social Líquido Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social	Ações em tesouraria	AFAC	Reserva Legal	Reservas para Retenção de Lucros	Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019		20		5.347	-	-	(6.794)	(1.427)
Aumento de Capital	12.1	6.524		(5.350)	-	-	-	1.174
Aporte de Capital	12.2	-		7.910	-	-	-	7.910
Resultado do Exercício	12.3	-		-	-	-	(5.352)	(5.352)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		6.544	-	7.907	-	-	(12.146)	2.305
Aumento de Capital		7.907	-	(7.907)	-	-	-	-
Aporte de Capital		620	-	-	-	-	-	620
Resultado do Exercício		-	-	-	-	-	29.743	29.743
Reserva Legal		-	-	-	880	-	(880)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(4.179)	(4.179)
Retenção para distribuição futura		-	-	-	-	12.538	(12.538)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		15.071	-	-	880	12.538	-	28.489
Aquisições de ações próprias		-	(13.588)	-	-	-	-	(13.588)
Cancelamento de ações próprias		-	11.656	-	-	(11.656)	-	-
Compra de Stock Options		-	(180)	-	-	-	-	(180)
Resultado do Exercício		-	-	-	-	-	(8.430)	(8.430)

Absorção do prejuízo	-	-	-	(880)	(882)	1.762	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	13	<u>15.071</u>	<u>(2.112)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(6.668)</u>	<u>6.291</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do fluxo de caixa

MUTUAL INTERMEDIÇÃO DE NEGÓCIOS, PAGAMENTOS E COBRANÇA S.A.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	Nota	2022	2021
Resultado antes dos impostos		(5.916)	29.784
Ajustes dos itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa			
Depreciação e amortização	8	446	267
Baixa de Imobilizado	8	136	-
Venda de Imobilizado	15	-	-
Juros sobre empréstimos	9	14	10
Juros sobre mútuos passivos	8	172	720
Variação monetária sobre mútuos	8	49	11
Juros sobre mútuos ativos	5	(142)	(12)
Perda com operações de crédito	15	283	4
Ajuste a Valor Justo		-	(36.027)
Multa no Parcelamento Fiscal		710	-
Atualização de Parcelamento Fiscal		322	-
Resultado reconciliado		(3.926)	(5.243)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Contas a receber		-	4
Contas a pagar		-	(15)
Obrigações trabalhistas		(19)	(15)
Depósitos Judiciais		8	(4)
IRPJ e CSLL		(124)	(29)
Demais impostos		976	138
		841	79
Caixa líquido (consumido) proveniente das atividades operacionais		(3.085)	(5.164)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Títulos e valores mobiliários		(2.000)	-

Alienação de investimento	6	9.000	12.000
Aquisição de investimento	6	(451)	(1.083)
Adições de Imobilizado e Intangível	7	(1.662)	(484)
Créditos com terceiros	5	(10.979)	(1.742)
Caixa líquido (consumido) gerado proveniente das atividades de investimento		(6.092)	8.691
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aquisição de Ações Próprias		(13.588)	-
Stock Options		(180)	-
Pagamento de empréstimos	8	(107)	(87)
Captação de mútuo	8	34.602	1.259
Pagamento de mútuo	8	(656)	(1.994)
Pagamento de Parcelamentos Fiscais		(381)	-
Caixa líquido gerado (consumido) proveniente das atividades de financiamento		19.690	(822)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		10.513	2.705
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa			
Disponibilidades no início do exercício	4	4.369	1.664
Disponibilidades no final do exercício	4	14.882	4.369
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		10.513	2.705

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras

MUTUAL INTERMEDIÇÃO DE NEGÓCIOS, PAGAMENTOS E COBRANÇA S.A.

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Mutual Intermediação de Negócios, Pagamentos e Cobrança Ltda., transformada em S.A. em julho de 2020, é uma fintech de empréstimos que funciona como um marketplace entre investidores, instituições financeiras e tomadores de crédito.

Fundada em 26 de fevereiro de 2016, tendo como objetivo principal desburocratizar e tornar mais barato o acesso ao crédito por tomadores de empréstimos e o acesso ao investimento em crédito privado por investidores.

A Companhia busca a automação de vários procedimentos do processo de concessão e intermediação de empréstimos e investimentos em suas plataformas através de técnicas de machine learning e inteligência artificial, aliados ao uso do maior número de dados relevantes provenientes de bureaus de créditos e outras formas alternativas.

A Companhia lançou no ano de 2022 os produtos Mutual Solar e Scora que vinham sendo desenvolvidos e testados desde 2021. Para estes objetivos, a Companhia constituiu empresas com o intuito de vendê-las e, em 31 de dezembro de 2021, já se encontra em negociação para a venda dos investimentos disponíveis para venda. O sucesso das operações futuras depende do alcance das projeções de resultado elaboradas pela administração e, pela obtenção de financiamento e/ou apoio financeiro dos acionistas.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram aprovadas e autorizadas para divulgação pela Administração da Companhia em 30 de novembro de 2023.

2.1. Declaração de conformidade com as normas brasileiras de contabilidade

As demonstrações contábeis são de responsabilidades da Administração e foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil que englobam as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76) e suas alterações, os pronunciamentos técnicos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), que têm, entre outras responsabilidades, o direcionamento para convergência contábil com as práticas internacionais de contabilidade (IFRS).

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras foram apresentadas em Milhares de Reais (R\$ mil) e arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações contábeis, foram utilizadas estimativas para contabilizar certos ativos e passivos. As demonstrações contábeis da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

3. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis estão definidas a seguir: Tais práticas estão de modo consistente nos exercícios apresentados.

3.1. Regime de escrituração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. Foi adotado o Regime de Competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício. A aplicação desse regime implica no reconhecimento dos ingressos e dispêndios e das receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.3. Instrumentos financeiros

3.3.1. Reconhecimento e mensuração

Os instrumentos financeiros são representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e contas a pagar. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos mensurados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

- **Custo amortizado:** quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;
- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;

- **Valor justo por meio do resultado (VJR):** quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem com os resultados de suas flutuações no valor justo.

3.3.2. Desreconhecimento

a. Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia não transfere e nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transferem ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

b. Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.4. Outros ativos circulantes

Registra os adiantamentos pagos a fornecedores nacionais e do exterior, as compras para entrega futura e os adiantamentos concedidos a funcionários, relativos a salários, férias, décimo terceiro salário, vale-transporte e viagens.

3.5. Ativos mantidos para venda

Os ativos não circulantes disponíveis para venda são ativos que a Companhia irá recuperar seus benefícios por meio de alienação, sendo que nesse grupo se engloba também as controladas adquiridas exclusivamente para revenda.

Como política, em conformidade com os objetivos da Companhia em construir produtos e soluções para o mercado de crédito, os investimentos realizados neste sentido são ativos que desde sua inicialização são considerados ativos não circulantes disponíveis para venda.

Adicionalmente, as alienações dos ativos não circulantes disponíveis para venda ocorrerão de acordo com o ciclo de desenvolvimento e operacionalização de cada ativo, e sua prospecção realizada nos diversos fóruns nacionais e internacionais de investimentos em empresas do segmento.

3.6. Imobilizado

O imobilizado está registrado ao custo histórico deduzido da depreciação acumulada, ajustados aos seus valores de recuperação (Nota Explicativa nº 7).

A depreciação é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo estimado de vida útil econômica dos bens, revisada anualmente, e ajustada de forma prospectiva, quando aplicável.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor líquido do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

A Administração efetua anualmente a análise de seus ativos e constatou que não há indicadores de desvalorização dos mesmos. Além disso, revisou a vida útil dos bens e concluiu que as taxas de depreciação utilizadas permanecem adequadas, bem como estes são realizáveis em prazos satisfatórios.

3.7. Intangível

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados.

As licenças de software são reconhecidas pelo custo, menos a amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Esses custos são amortizados durante sua vida estimável de cinco anos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

3.8. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.9. Obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias

As obrigações trabalhistas e previdenciárias referem-se a valores de encargos sobre folha de pagamento, todos com recolhimento no mês subsequente.

São registrados todos os tributos e contribuições a recolher originados no decurso normal das atividades da Companhia.

3.10. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

3.11. Outras contas a pagar

As outras contas a pagar são compostas pelos adiantamentos recebidos de clientes nacionais e do exterior, lucros e dividendos a pagar, processos em curso a pagar circulantes, faturamento para entrega futura, mercadorias e produtos de terceiros em poder do estabelecimento, e, no não circulante, são registrados os mútuos a partes relacionadas.

3.12. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões para contingências passivas, são efetuadas de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento CPC 25 e consideram premissas definidas pela Administração da Companhia e seus assessores jurídicos.

As despesas relativas a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

3.13. Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

3.14. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2).

3.15. Novas normas e interpretações

A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão em vigor. A natureza e a vigência de cada uma das novas normas e alterações são descritas a seguir:

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 50/ IFRS 17	Contratos de seguros	01/01/2023
Alterações ao CPC 26/ IAS 1	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes	01/01/2023
Alterações ao CPC 26/ IAS 1 e IFRS <i>Practice Statement 2 - Making Material Judgments</i>	Divulgação de políticas contábeis	01/01/2023
Alterações ao CPC 23/ IAS 8	Definição de estimativas contábeis	01/01/2023
Alterações ao CPC 36 (R3)/ IFRS 10 e CPC 18 (R2)/ IAS 28	Venda ou constituição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	Postergada indefinitivamente
Alterações à IAS 12/CPC 32	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos resultantes de uma única transação	01/01/2023

Atualmente, a Administração está conduzindo uma análise dos impactos que poderão advir com a adoção das normas e interpretações novas e revisadas supracitadas em suas demonstrações contábeis. Contudo, com base nas análises realizadas até o momento, a Administração não espera impactos relevantes sobre as demonstrações contábeis da Companhia em decorrência da adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os saldos de caixa e equivalente de caixa são assim compostos:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Numerários em espécie	6	7
Depósitos bancários em conta corrente	115	59
Cédulas de Crédito Bancário do Banco Fidúcia ^(b)	793	881
Cédulas de Depósito Bancário do Itaú S/A ^(a)	13.968	3.422
Total	<u>14.882</u>	<u>4.369</u>

(a) Cédulas de Depósito Bancário do Itaú S/A, com rentabilidade atrelada ao CDI e com liquidez imediata; Incremento de saldo derivado de recursos provenientes da venda de participações societárias da empresa CombateaFraude;

(b) Cédulas de Crédito Bancário do Banco Fidúcia de tomadores Pessoas Físicas e Jurídicas, cedidas por meio do aplicativo Mutual, com amortização mensal e com liquidez imediata.

5. Títulos e Valores Mobiliários

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os saldos de Títulos e Valores Mobiliários são assim compostos:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Debêntures 2ª Série Mutual Crédito Solar ^(a)	2.000	-
Total	<u>2.000</u>	<u>-</u>

(a) Emissão de Debêntures simples na forma nominativa e escritural, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, para colocação privada, sendo a Mutual debenturista das debêntures da Segunda Série. A data de emissão é 11 de julho de 2022 com prazo de 10 anos vencendo em 07/Julho/2032 e rendimento anual de 19,50%. Debêntures com destinação de recursos para aquisição de cédulas de crédito bancário (CCB), provenientes de operações de empréstimo concedidas a pessoas físicas e jurídicas para a aquisição de painéis de geração de energia solar.

6. Créditos com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os saldos de créditos com partes relacionadas são compostos da seguinte forma:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Mútuo Hurst ^(a)	3	66
Empréstimos pessoas físicas - Plataforma Mutual ^(b)	23	111
Mútuo Philipe Fernandes ^(c)	-	6
Mútuo Ana Clara Costa Ferrari ^(c)	3	4
Mútuo Marciliano José Naves ^(d)	33	32
Scora Tecnologia Ltda ^(g)	3.928	725
Monest Cobrança S.A. ^(e)	1.527	65
Combate à Fraude TI S.A. ^(g)	-	138
Mutual Solar Ltda. ^(f)	7.895	1.644
Mútuo Victor de Oliveira Fernandes ^(d)	140	-
Mútuo Paulo Barreiros ^(d)	75	-
Total	<u>13.627</u>	<u>2.791</u>
Curto Prazo	3	12
Longo Prazo	13.624	2.779

(a) Contrato de empréstimo de R\$500 com finalidade exclusiva para aquisição de CCBs através da plataforma Mutual;

(b) Aquisição de CCBs emitidas por tomadores pessoas físicas através da plataforma Mutual.

(c) Empréstimos a funcionários da Companhia.

(d) Contrato de mútuo com diretores da Companhia.

(e) Contrato de mútuo com empresas investidas pela Companhia.

(f) Saldo a receber referente a aportes financeiros realizados e contas pagas pela Companhia à Mutual Solar. Conforme contrato entre as partes, o saldo em aberto será futuramente convertido em aumento de capital das respectivas empresas.

(g) Saldo a receber referente a aportes financeiros realizados e contas pagas pela Companhia à Scora. Conforme contrato entre as partes, o saldo em aberto será futuramente convertido em aumento de capital das respectivas empresas.

As movimentações dos saldos de créditos com partes relacionadas em 2022 e 2021 estão demonstradas a seguir:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saldo Inicial	2.791	1.041
Concessão de mútuo e empréstimos	1.636	418
Juros sobre mútuos e empréstimos	141	12
Contas pagas de coligadas	9.465	2.507
Amortizações de mútuos	(122)	(1.183)
Perdas com operações de crédito	(283)	(4)
Saldo Final	13.627	2.791

7. Ativo disponível para venda

Em 2021 a Companhia constituiu as Companhias Scora Tecnologia Ltda. (“Scora”), Mutual Solar Ltda. (“Solar”) e Combate à Fraude TI S/A (“CAF”) e

adquiriu ações da Monest Cobrança S/A (“Monest”) com o objetivo de negociar e venda das mesmas.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de investimentos disponíveis para venda é assim composto:

	31/12/2022	31/12/2021
Combate a Fraude Tecnologia da Informação S/A (“CAF”) ^(a)	15.028	36.028
Monest Cobrança S/A (“Monest”) ^(b)	1.521	1.071
Mutual Solar Ltda (“Solar”) ^(b)	10	10
Scora Tecnologia Ltda (“Scora”) ^(b)	1	1
Diversifica Tecnologia Ltda	1	-
Total	16.561	37.110

A movimentação dos saldos de investimentos disponíveis para venda em 2022 está demonstrada a seguir:

	2022	2021
Saldo Inicial	37.110	-
Compra de ações	451	1.083
Ajuste a valor justo ^(a)	-	36.027
Venda de ações ^(c)	(21.000)	-
Saldo Final	16.561	37.110

- (a) O saldo de 31 de dezembro de 2021 está valorizado ao valor provável de venda com base em negociações em andamento para a negociação das ações da CAF pelo valor de R\$ 36 milhões, para os quais a Companhia recebeu um adiantamento no valor de R\$12 milhões;
- (b) As investidas estão mensuradas a custo.
- (c) Venda realizada no valor de R\$ 21 milhões.

Segue no quadro abaixo a participação nas investidas:

	31/12/2022	31/12/2021
Combate a Fraude Tecnologia da Informação S/A (“CAF”)	23,7%	57,3%
Monest Cobrança S/A (“Monest”)	40,0%	40,0%
Mutual Solar Ltda (“Solar”)	99,8%	99,8%
Scora Tecnologia Ltda (“Scora”)	99,8%	99,8%
Diversifica Tecnologia Ltda	99,8%	-

8. Imobilizado e Intangível

A movimentação dos ativos imobilizados e intangíveis da Companhia em 2022 e 2021 está demonstrada a seguir:

	Imobilizado				Intangível			
	Instalações e Benfeitorias	Hardware	Móveis e Utensílios	Total Imobilizado	Softwares Próprio ^(a)	Softwares Adquirido	Marcas e Patentes	Total Intangível
Vida útil estimada	20 anos	5 anos	10 anos		5 anos	5 anos		
Saldo em 31/12/2020	96	52	24	172	407	64	-	473
Adições	-	37	-	37	444	-	3	447
Depr./Amort.	(8)	(34)	(5)	(47)	(184)	(36)	-	(220)
Custo Histórico	99	116	28	243	1.182	93	3	1.278
Depr./Amort. Acum.	(11)	(61)	(9)	(81)	(515)	(65)	-	(578)
Saldo em 31/12/2021	88	55	19	162	667	28	3	700
Adições	-	142	-	142	1.520	-	-	1.520
Depr./Amort.	(1)	(31)	-	(32)	(412)	(2)	-	(414)
Baixa Custo	(99)	(88)	(28)	(215)	-	-	-	-
Baixa Depr./Amort.	12	58	9	79	-	-	-	-
Custo Histórico	-	170	-	170	2.702	93	3	2.798
Depr./Amort. Acum.	-	(34)	-	(34)	(926)	(66)	-	(992)
Saldo em 31/12/2022	-	136	-	136	1.776	27	3	1.806

(a) Compreende os ativos gerados internamente pela Companhia para a formação do seu acervo tecnológico. A amortização dos ativos considerados de vida útil definida ocorre de forma linear, baseada em taxas de amortização que levam em conta a avaliação feita pela Administração dos aspectos técnico, tecnológico e comercial, para se estabelecer o tempo de obsolescência para cada produto desenvolvido.

8.1. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A Companhia avalia periodicamente os bens do imobilizado e intangível com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis desses ativos, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Se identificável que o valor contábil do ativo excede o valor recuperável, esta perda é reconhecida no resultado do exercício. Neste exercício, por considerar inalteradas as condições de mercado dos seus ativos, não se procedeu com a avaliação.

9. Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos de empréstimos e financiamentos são assim compostos:

	Taxa	Venc.	31/12/2022	31/12/2021
PRONAMPE ^(a)	Selic +0,1035% a.m. +1,25% a.a.	Jul/23	66	160
Future View Limited ^(b)	0,1% a.m.		1.548	-
Helvio João Sanfelice	2,0% a.m.	Ago/24	-	61
CAF Investments Ltd ^(c)	1,0% a.a.		31.733	-
Combateafraude TI S/A			948	-
			34.295	221
Curto Prazo			34.295	100
Longo Prazo			-	121

- (a) Linha de crédito do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (PRONAMPE) sem garantia, para auxiliar no desenvolvimento e fortalecimento do seu negócio e apoiá-lo no enfrentamento dos impactos causados pela COVID-19. Contrato não apresenta cláusulas de *covenants* e não constituem defasagem com garantias;
- (b) Contrato de mútuo com valor principal de US\$ 300.000,00 e taxa de juros 0,1% a.m. contraído em 05/Maio/2022 com vencimento original em 04/Julho/2022, tendo sido repactuado mensalmente;
- (c) Contrato de mútuo conversível com valor principal de R\$ 40.000.000 e taxa de juros de 1% a.a., contraído em 29/Maio/2022 com previsão de liberação dos recursos em 3 tranches com a primeira parcela ocorrendo no primeiro semestre de 2022. O saldo refere-se à liberação dos recursos das tranches que foi total para as nº 1 e nº 2, e, parcialmente para a tranche nº 3, da qual resta a ser liberado o valor de R\$ 8.266.672,30 .

As movimentações dos saldos de empréstimos e financiamentos em 2022 e 2021 e cronogramas de amortização estão demonstradas a seguir:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saldo Inicial	221	922
Captação de empréstimos	-	-
Captação de mútuo	34.602	1.259
Juros e encargos sobre empréstimos	14	10
Juros e encargos sobre mútuos	172	720
Variação monetária sobre mútuos	49	11
Amortizações de empréstimos	(107)	(87)
Amortizações de mútuos	(656)	(1.994)
Convertido em ações	-	(620)
Saldo Final	<u>34.295</u>	<u>221</u>
2022	-	100
2023	34.295	60
2024	-	61

10. Obrigações trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos de obrigações trabalhistas são compostos da seguinte forma:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Folha de pagamento	26	34
Provisão de férias	15	34
INSS a recolher	20	12
FGTS a recolher	3	2
IRRF sobre folha a recolher	3	3
Total	<u>67</u>	<u>85</u>

11. Impostos a recolher

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos de obrigações tributárias são compostos da seguinte forma:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
IRPJ e CSLL a recolher	12	12
PIS e COFINS a recolher	1	1
ISS a recolher	1	1
Impostos retidos de terceiros a recolher	154	154
Impostos Federais Parcelados ^(a)	4.100	-
Total	<u>4.185</u>	<u>168</u>

(a) Impostos federais apurados derivados principalmente da transação de venda das participações societárias da empresa CombateaFraude concretizada em Março de 2022;

Circulante	983	168
Não Circulante	3.202	-

12. Contingências

A Administração, com base na opinião legal de seus assessores legais, declara não ter conhecimento em 31 de dezembro de 2022, de processos judiciais ou administrativos que possam trazer impactos às suas operações e às demonstrações contábeis ora apresentadas.

13. Patrimônio líquido

13.1. Capital social

Na data de 09 de julho de 2020, foi aprovada a transformação da Mutual em uma Sociedade Anônima - S.A., ocasionando a conversão das cotas em ações para os seus respectivos acionistas.

Em 2020, em virtude do desdobramento das ações e dos aumentos, o capital social da Companhia passou de R\$20 para R\$6.544, divididos em 3.546.400 ações nominativas sem valor nominal, sendo 3.014.400 ações ordinárias e 532.000 ações preferenciais sem direito a voto.

Em 16 de abril de 2021, em reunião do Conselho de Administração, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$8.527 totalmente integralizado, mediante a emissão de 411.594 novas ações ordinárias passando o capital social para R\$15.071, dividido em 3.957.994 ações nominativas sem valor nominal, sendo 3.425.994 ações ordinárias e 532.000 ações preferenciais sem direito a voto.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Ações ordinárias	3.425.994	3.425.994
Ações preferenciais	532.000	532.000
Total de ações	<u>3.957.994</u>	<u>3.957.994</u>
Capital Social	15.071	15.071

13.2. Destinação do Resultado

Segue no quadro abaixo a destinação do resultado em 2022 e 2021:

<u>2022</u>	<u>2021</u>
-------------	-------------

Reserva para distribuição futura (Prejuízos acumulados) no início do exercício	12.538	(12.146)
Cancelamento de ações próprias	(11.656)	
Resultado do Exercício	(8.430)	29.743
Base para cálculo de reserva	-	17.597
Absorção de prejuízos (Constituição de Reserva legal)	882	(880)
Base para cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	-	16.717
Dividendos mínimos obrigatórios	-	(4.179)
Reserva para distribuição futura (Prejuízos acumulados)	(6.668)	12.538

14. Receita operacional líquida

As receitas operacionais da Companhia em 2022 e 2021 são assim compostas:

- (a) Receita de correspondente bancário na indicação e cadastro de novos tomadores de crédito em instituições financeiras parceiras.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receita de correspondente bancário ^(a)	215	316
Receita com taxas	25	34
Receita Bruta	<u>240</u>	<u>350</u>
PIS e COFINS	(985)	(13)
ISS	(11)	(16)
Devoluções	(23)	(4)
Deduções de venda	<u>(1.019)</u>	<u>(33)</u>
Total da Receita Operacional Líquida	<u>(779)</u>	<u>317</u>

Receita de correspondente bancário na indicação e cadastro de novos tomadores de crédito em instituições financeiras parceiras.

15. Custos e despesas operacionais

Os gastos operacionais da Companhia em 2022 e 2021 são assim compostos:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Salários e Ordenados	(272)	(338)

Pró-Labores	(36)	(36)
Comissão a Funcionários	-	(1)
Férias e 13º Salário	(33)	(24)
Benefícios a Funcionários	(292)	(235)
INSS Patronal	(76)	(102)
FGTS	(31)	(30)
Indenizações trabalhistas	(47)	-
Suporte e Monitoramento de Softwares	(128)	(836)
Gastos com Ferramentas Tecnológicas	(402)	(475)
Licença de Uso de Softwares	(4)	(10)
Depreciação e Amortização	(446)	(267)
Bens de Natureza Permanente	(4)	(14)
Manutenção e Reparo	(1)	(3)
Gastos de ocupação e utilidades	(83)	(55)
Deslocamento, Viagens e Estadias	(33)	(55)
Contabilidade e Auditoria	(133)	(105)
Assessoria e Consultoria	(767)	(186)
Honorários Advocáticos	(594)	(268)
Marketing e Imprensa	(114)	(431)
Perda com operações de crédito	(283)	(4)
Resultado na alienação de imobilizado	(133)	-
Outros custos na prestação de serviços	(205)	(828)
Outros Serviços de Terceiros	(841)	(1.465)
Outros gastos com pessoal	(6)	(6)
Outras Taxas	(955)	(63)
Outras Despesas Gerais e Administrativas	(66)	(27)
Custos e despesas operacionais	(5.985)	(5.864)
Custo dos Serviços Vendidos	(361)	(1.811)
Despesas Comerciais	(114)	(453)
Despesas com Pessoal	(745)	(632)
Gerais e Administrativas	(3.899)	(2.681)
Despesas Patrimoniais	(583)	(283)
Perdas	(283)	(4)

Os custos dos serviços prestados são despesas diretamente relacionadas à prestação dos serviços de correspondente bancário, gestão de contratos e outras linhas de negócio. Os custos são registrados no regime de competência.

16. Resultado financeiro

17. Resultado financeiro

O resultado financeiro em 2022 e 2021 são assim compostas:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Rendimentos de aplicações financeiras	252	56
Juros sobre mútuos ativos	141	12
Impostos sobre rendimentos	-	-
Descontos financeiros	-	-
Receitas financeiras	<u>666</u>	<u>68</u>
Juros e sobre empréstimos	(134)	(10)
Juros sobre mútuos passivos	(163)	(720)
Atualização de parcelamento fiscal	(322)	-
Imposto sobre Operações Financeiras	(16)	(11)
Atualização monetária passiva	(49)	(11)
Mora sobre pagamentos e recolhimentos	(20)	(10)
Despesas bancárias	(2)	(2)
Despesas financeiras	<u>(706)</u>	<u>(764)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(40)</u>	<u>(696)</u>

18. Instrumentos financeiros

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologia de estimativa poderão ter um efeito diferente nos valores estimados de mercado. Baseada nessa estimativa, a Administração entende que o valor contábil dos instrumentos financeiros equivale, aproximadamente, a seu valor de mercado.

Em 31 de dezembro de 2021, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- **Caixa e bancos:** estão apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil;
- **Créditos concedidos a terceiros:** estão apresentados pelo valor justo, sendo os valores das contraprestações corrigidos com juros incorridos.
- **Empréstimos e financiamentos:** estão apresentados pelo valor justo, sendo os valores das contraprestações corrigidos com juros incorridos.

- **Derivativos:** em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui quaisquer operações estruturadas com derivativos, contratos a termo, operações de swap, opções, futuros ou mesmo operações de derivativos embutidos em outros produtos, de forma que não há qualquer risco associado às políticas de utilização de instrumentos financeiros derivativos.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

As informações a seguir apresentam informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos mencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações contábeis.

18.1. Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderências aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

- **Risco de crédito** - Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes. Historicamente, a Companhia não tem sofrido perdas relevantes decorrentes da falta de cumprimento de obrigações financeiras por parte de seus clientes.
- **Risco de liquidez** - Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

- **Risco de mercado** - Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos e perdas da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno.

18.2. Mensuração dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos dos instrumentos financeiros da Companhia são equivalentes aos seus valores contábeis.

As declarações de Imposto de Renda apresentadas durante os dois últimos anos estão sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais. Outros impostos estão igualmente sujeitos à revisão e eventual tributação, variando em cada caso o prazo de prescrição.

A Companhia não possui transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

19. Partes relacionadas

Partes relacionadas são as entidades pertencentes ao Grupo a qual a Companhia faz parte, os acionistas com participação relevante, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares. Atualmente a Companhia possui transações com partes relacionadas com as Empresas Mutual Solar Ltda, Combate à Fraude TI S/A, Scora Tecnologia Ltda, Diversifica e Monest Cobrança S/A na modalidade de créditos concedidos (conforme Nota Explicativa n° 5) e investimentos (conforme Nota Explicativa n° 6). Além de transações com partes relacionadas com as pessoas físicas Fabrício Spiazzi Sanfelice na modalidade de captação de mútuo (conforme Nota Explicativa n° 8) e Marciliano José Naves e Ana Clara Costa na modalidade de créditos concedidos (conforme Nota Explicativa n° 5).

20. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não possuía nenhum contrato de seguros de qualquer natureza para seus ativos.

21. Eventos subsequentes

STF

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinário n° 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário n° 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Diretoria avaliou com os seus assessores jurídicos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da Diretoria suportada por seus assessores jurídicos, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

Rio de Janeiro, 30 de Novembro de 2023.